

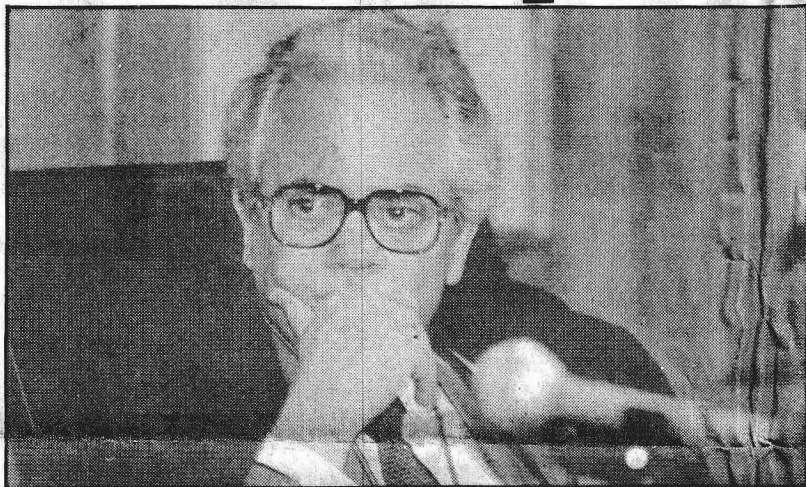
TREs afirmam que TV não trazia prejuízos

BRASÍLIA — O Corregedor Geral Eleitoral, Ministro Romildo Bueno de Souza, anunciou ontem que o Tribunal Superior Eleitoral terá de analisar os aspectos legais, éticos e políticos da divulgação paralela do resultado da eleição e criar uma jurisprudência, de modo que, no segundo turno, o assunto esteja totalmente regulamentado, não permitindo mais interpretações polêmicas sobre este tipo de atividade.

Durante toda a noite, segundo informou, ele manteve contatos com vários presidentes de TREs para saber se os TREs tinham regulamentado o trabalho dos informantes da emissora, se os dados que estavam sendo divulgados estavam compatíveis com os das juntas e se a ação dos funcionários da TV atrapalhava o trabalho da Justiça Eleitoral, em benefício de uma maior presteza para a emissora.

Depois de várias consultas o Ministro Romildo Bueno, segundo informou, chegou à conclusão de que os informantes da TV Globo apenas coletavam as informações dos boletins de urnas.

O Partido Democrático Trabalhis-



Bueno diz que divulgação na TV não traz problemas à apuração oficial

ta, responsável pelo pedido de suspensão da divulgação dos resultados pela TV Globo, também ingressou ontem com um pedido para que o TSE divulgue os resultados parciais obtidos nas juntas apuradoras.

O sistema de divulgação do TSE só tem permitido a divulgação de resultados por municípios, mas somente

após a totalização dos votos de cada junta apuradora.

Bueno de Souza afirmou que o Tribunal estaria diante de uma situação ilegal apenas se a apuração paralela dos votos feita pela Rede GLOBO estivesse causando prejuízos ao processo de apuração oficial pelo TSE, ou sendo privilegiada em detrimento da apuração oficial. Ele disse ter si-

do informado de que alguns partidos fizeram um acordo informal com a emissora para fornecerem seus dados sobre a apuração. Segundo informação recebida pelo Corregedor, em São Paulo o Presidente do PDT no Estado, Airtton Soares, e um representante do PT, Luís Paulo Vieira, conduziram o acordo entre a emissora e os seus respectivos partidos para transmitirem as parciais do Estado. Airtton chegou a assinar inclusive um documento nesse sentido.

— Estamos aguardando novas informações dos TREs. As atuais não configuram nada ilícito. Repito: mal haveria se a apuração da emissora estivesse atrapalhando a apuração oficial. A metodologia empregada na coleta dos resultados pela emissora também já parece esclarecida: é feita através de um entendimento com alguns partidos. É bom que se esclareça que os dados são públicos. Se a GLOBO e os partidos fizeram um acordo informal para um rápido conhecimento dos resultados, eu não observo nenhum ilícito nisto. O TSE não está preocupado em concorrer com ninguém — disse o Corregedor.